Revista Portuguesa
de História

Luiz Gonzaga de Azevedo: *História de Portugal*. Vol. v (1942), xviii-205 págs. ; vol. vi (1944), xviii-204 págs. ; Lisboa.

Com estes dois volumes termina o P.^e Luiz Gonzaga de Azevedo a sua *História de Portugal*, que vai até ao fim do reinado de D. Sancho II, abrangendo eles, assim, precisamente sessenta e três anos de vida nacional, que não foram nem fáceis, nem inúteis (*). De facto, é durante eles que se firmam as posições tomadas pelo fundador da dinastia, e se prepara o advento de uma nova época, entre dificuldades sem conta. Trata-se de um período que Herculano fora o último historiador a estudar, pelo menos sob o aspecto político, e que Gonzaga de Azevedo retoma, com o propósito, que já assinalámos em relação ao vol. iv, de rever e corrigir os pontos de vista do nosso historiador.

Utilizando fontes que Herculano não pudera ver, percorrendo alguns arquivos espanhóis, Gonzaga de Azevedo deixa-nos excelentes páginas em que expõe pontos de vista que abrem novas e fecundas perspectivas ao trabalho dos historiadores. Não obstante, nem sempre, como veremos, o resultado do seu labor de investigação pôde ser convenientemente aproveitado na sua obra, sendo inconsistentes muitas das suas conclusões.

Não devemos, porém, esquecer que muitas destas imperfeições resultam da circunstância de se tratar de uma obra póstuma, que, no estado em que o Autor a deixou, nem sequer corresponde à sua derradeira visão dos acontecimentos (2). Pena foi que o editor não o tivesse em conta, fazendo, em nota, as competentes correcções ou, pelo menos, alguns reparos, para auxiliar o leitor desprevenido a ver os acontecimentos históricos à sua verdadeira luz.

Assim, logo na pág. 2 do tomo v, G. d'A. afirma que o rei de Leão, Fernando II, «circunscreveu e apertou Portugal nos limites que agora tem, despojando-o para sempre de Toronho e Límia,

(*) O vol. v trata dos reinados de D. Sancho I e D. Afonso II (1185-1223), e o vol. vi do reinado de D. Sancho II (1223-1248)

(2) De facto, parece, por vezes, que as suas *Notas de História e de Crítica*, publicadas na *Brotéria*, correspondem a uma revisão de alguns capítulos da História de Portugal, que, certamente, o Autor não desejaria publicar tal como os redigiu. (Vide, por exemplo, a apreciação de uma passagem do vol.i, que fizemos nesta revista, I.1, pág. 291).

que o sogro (*D. Afonso Henriques*) tinha conquistado». O certo, porém, é que as operações que D. Afonso I de Portugal realizou na Galiza conduziram apenas à ocupação do território de Toronho até Pontevedra, isto é, a parte galega da diocese Tudense — e foi essa região que Fernando II reocupou.

Não compreendemos também como pode afirmar-se que «a perda de Silves era fruto de ele (*D. Sancho I*) haver repellido duramente dessa cidade os templários» (pág. 16), quando o certo é que os almóadas não se limitaram à conquista dessa praça, mas chegaram até ao Tejo.

Do mesmo modo nos parece peregrina a afirmação de que, no reinado do primeiro Sancho, «o espírito militar da população arrefecera, porque o rei não só não possuía as altas qualidades de seu pai, como tinha defeitos positivos de carácter e no modo de governar, com o que fazia descontentes» (pág. 17). G. d'A. parece não ter compreendido — nem sequer ponderado — ao analisar a acção do rei, a gravidade da situação política e militar criada pela invasão almóada, pois atribui todas as dificuldades a defeitos do seu carácter, chegando mesmo, depois de o confrontar com o pai, a fazer este juízo sumário, que é incrível: «O carácter diferente e as ideias, de que estavam possuídos um e outro, explicam a diversidade dos procedimentos» (pág. 18).

E também peregrina — para não dizer absurda — a conclusão a que chega sobre a política povoadora do rei. Realmente, o autor afirma que D. Sancho, não tendo, como D. Afonso Henriques, «os dotes de atrair os grandes soldados, que o haviam de acompanhar à guerra, applicou-se a dar cartas de foral, para criar nos concelhos uma população sua, de que dispusesse com liberdade» (pág. 5i).

Do mesmo modo nos parece inconsistente a afirmação de que D. Sancho I «considerou o Tejo como verdadeira fronteira meridional do país» (pág. 5i), pois não podemos deixar de considerar que, apesar do avanço dos almóadas, Évora se mantinha portuguesa.

Não é mais acertado o juízo que formula sobre a política de D. Afonso II, passando-lhe inteiramente despercebida a importância das doutrinas políticas de que as cortes de Coimbra de 1211 são a expressão. Por outro lado, não considera sequer a doença do rei, que o impedia de combater, atribuindo o seu alheamento

dos combates à inércia do seu temperamento, afirmando que «não possuía o espírito próprio da idade em que viveu» (pág. 81)!

A preparação eunstica não é também, por vezes, cuidadosamente feita. Assim, ao referir-se à acção do infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II, invoca um documento do mosteiro de S. Juan de la Peña, sem data, que se conserva no Arquivo Histórico de Madrid, em que se faz alusão «ad infante de portugal» (3), apesar de ser escrito em letra semi-visigótica, impossível no séc. xiii. De facto, o infante mencionado é D. Afonso Henriques i4).

Relativamente ao reinado de D. Sancho II, de que trata no volume sexto, não nos parecem mais acertados os juízos do historiador. Rejeitando qualquer influência do arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares, no espírito do jovem monarca, apesar de este ter pouco mais de treze anos, não hesita em considerar da sua inteira responsabilidade os primeiros actos do seu reinado, pois «não lhe deram tutores, nem ele os aceitaria, se lhos quisessem dar». Não obstante, não deixa de considerar a sujeição, ao Arcebispo, do jovem monarca, «ao qual a lembrança de sua aia D. Estefânia Soares, e a influência dos de Riba de Yizela não seriam, porventura, estranhas» (pág. 4).

Pois é justamente essa sujeição, que com certeza se prolongou (5), que, a meu ver, explica as constantes mudanças dos conciliares do rei, que G. d'A. toma como prova do seu temperamento independente (6).

(3) Pág. 79, nota 2 da pág. anterior.

(4) Este documento é estudado e publicado pelo Professor Lacarra neste tomo da revista, págs 300 a 302 e 304 a 305.

(5) Pelo menos desde 1224, depois de resolvido o dissidio provocado, talvez, por Pedro Anes, que já fora mordomo-mor de D Afonso II, e que desaparece então da corte de D. Sancho II, mantendo-se dela afastado até à revolta de 1226.

(6) Creio também, como o Autor, que as mudanças de ministros não significam — como supôs Herculano — a vitória fugaz de partidos em luta; mas é impossível deixar de as atribuir ao propósito do Arcebispo de conseguir que nenhum ministro viesse a dominar o ânimo do monarca, e talvez até ao desejo de contentar todos os membros dessa nobreza irrequieta, impedindo, assim, a formação de partidos que se degladiassem.

De facto, só o propósito de impedir que eles o dominassem, subtraindo-o, assim, à influência do Arcebispo, pode explicar esse verdadeiro redemoinho de magistrados (7). E não pode esquecer-se que, quando, em 1226, foi tentada a sua destituição na jornada de Eivas, Estêvão Soares acompanhava o monarca, com o qual — é o próprio P.^o Azevedo que o diz — «mantinha especiais relações» (pág. 145). Sem embargo, não hesita afirmar que o pequeno monarca, nos três primeiros anos do seu reinado (isto é, dos 13 aos 16), tinha tais assomos de independência, que mostrava aos fidalgos portugueses poder prescindir deles e sabê-los conter, embora, depois de completar 16 anos, «de todum se acobardasse, deixando-lhes toda a liberdade» (pág. 20)!

Sempre dominado pela ideia da absoluta responsabilidade de D. Sancho II em todos os actos do princípio do seu reinado, G. d'A. aprecia a concessão de forais a algumas vilas transmontanas entre 1223 e 1226, como resultado das «tendências populares» do pequeno rei — «acaso pela influência, que nele exerceram os mendicantes, de que sua mãe era devota». E conclui daí que, por isso, D. Sancho «estava bem entre o povo rude das províncias, sobretudo entre o de Trás-os-Montes» (pág. 10).

Depois de apreciar esses forais, G. d'A. observa que, na sua redacção, o rei rompia «com as costumadas fórmulas de chancelaria, esquecia a aposição dos selos, notada depois pelos inquiridores de seu irmão, prescindia das confirmações de muitos ricos-homens e prelados, não acaso, mas intencionalmente, e assim, liberto de formulários, manifestava mais cabalmente o que sentia, a respeito dos magnates ausentes e dos mesmos párocos» (*ibid.*).

E claro que esta conclusão não tem a menor verosimilhança, pois só é possível uma única hipótese : tratar-se de diplomas apócrifos, forjados, pelos próprios interessados, no período das perturbações civis que se seguiram (8).

(7) Tomo, assim, uma posição contrária, também, à de Herculano, embora a política do Arcebispo nem sempre pudesse evitar competições.

(8) É certo que o facto de faltarem os confirmantes em diplomas não basta para os rejeitar como apócrifos. O F. «Azevedo cita alguns outros dos primeiros anos do reinado de D. Sancho II, que estão nestas condições: a carta de couto de Gavião (1223) ; a de protecção ao mosteiro de Santa

Nota-se neste volume, talvez mais do que em qualquer outro, a preocupação, por vezes absorvente, de contradizer Herculano. Essa preocupação é, de facto, o fio condutor de todos os raciocínios do Autor. E como, com certeza, não teve tempo de os ponderar devidamente, saiu a obra por vezes tão carecida de espírito crítico. Uma coisa devia ter apurado o seu ilustre editor, ao dar-lhe publicidade: a data das notas — o que talvez ajudasse os leitores a marcar-lhes o respectivo lugar na evolução do pensamento do P.^e Luiz Gonzaga de Azevedo, facilitando assim o seu juízo.

Muitas outras reservas podíamos pôr às conclusões de G. d'A. Mas nem tudo carece de espírito crítico na sua *História de Portugal*. Há nela sugestões preciosas, como, por exemplo, as que se referem à actividade militar de D. Sancho II. Realmente, a inscrição de Marmelal, que serviu a Herculano de base dos louvores que tece à acção do rei, não parece prova suficiente. Pena é que não nos seja possível conhecer desenvolvidamente os pontos de vista do Autor, pois, no texto, limita-se a emitir um juízo sumário sobre a referida inscrição, e a nota, em que o assunto era versado mais largamente, perdeu-se ⁽⁹⁾.

Custa-nos, porém, a crer que o privilégio, que Gregorio ix concedera a D. Sancho II no breve de 18 de Outubro de 1232, não fosse sugerido por uma forte realidade, qual seria a luta contra os muçulmanos em que se empenhava o rei, tanto mais que o vemos combater alguns anos depois, em 1236, ano em que conquistou Aiamonte. E parece-nos demasiadamente severa e superficial a afirmação de que D. Sancho «era inábil nos campos de batalha» (pág. 86). A escassez de documentos e alguma nota depre-

Cruz (1224); a de doação da herdade do vale de Cartaxo (1225); e a de protecção ao mosteiro de Cheias (1225).

Deve, no entanto, ter-se em vista que, à excepção do primeiro e do último, todos estes actos são-nos revelados por registos de cartulários, em que frequentemente o copista omitia os confirmantes indicados no original; e que o primeiro foi incompletamente transcrito por João Pedro Ribeiro, não sendo possível reconstituí-lo, por ter ardido o cartório do mosteiro de Santo Tirso* (Vide António Cruz, *Breve Estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, págs. 149 e 169). Quanto ao último, que se encontra na Torre do Tombo (C. R., most. de Cheias, m. 10, doc. 185), parece realmente tratar-se de um original, ou pelo menos de uma ampliação do original, pois apresenta indício de ter sido selado.

(9) Di-lo, no prefácio, o Sr. P.^e Domingos Maurício Gomes dos Santos.

dativa das fontes narrativas não se explicarão pelo fim trágico do infeliz monarca, e talvez até' pelo desejo de denegrir a sua memória ? Impõe-se, evidentemente, uma revisão dos juízos de Herculano, mas feita com um cuidado e uma atenção — diria até, com uma isenção — que a *História* do P.^o Luiz Gonzaga de Azevedo nem sempre revela.

Mas não responsabilizemos o Autor por uma obra que ele certamente não desejaria publicar, pelo menos sob a forma por que nos foi revelada.

Uma parte deste volume merece especial atenção : os capítulos que relatam a revolução do Bolonhês.

O espírito crítico do Autor revela-se aí, por vezes, com muita agudeza. A influência das relações de D. Afonso com Inocência iv — que, em 1246, tendo-se fixado em Lyon, o convida para organizar uma nova cruzada à Terra Santa (pág. 92) — é dado o devido relevo. A essa influência atribui G. d'A. a atitude de Inocência em relação a D. Sancho. De facto, comentando as bulas de 1245, observa que explicam os « graves males sofridos pela Igreja, não tanto pela falta do respeito devido às imunidades e aos abusos da justiça secular, como nas anteriores, v. g., de Gregório ix, quanto, sobretudo, pela carência absoluta desta » (págs. 94-95). E conclui: « Parece ouvir-se, nelas, não o eco das queixas dos prelados, mas o discurso interessado do estadista, que faz avultar os males gerais do país, para demonstrar a necessidade da própria intervenção » (pág. 95).

Realmente, o Papa hesitou e_r mesmo depois de decidir a intervenção do Infante D. Afonso, procurou que ela não obrogasse as prerrogativas de D. Sancho (pág. 103).

Não creio, porém, que o juramento de Paris fosse da iniciativa do episcopado português, pois era sobretudo ao Infante — que precisava do apoio dos prelados para a conquista do reino, que ele bem sabia ter de empreender — que esse compromisso interessava. Hábil político se revelou sempre D. Afonso — e este acto, a que aparentemente se sujeitou, é disso testemunho frisante.

Feita esta sumária apreciação, com a objectividade que o espírito crítico exige, queremos afirmar que, apesar de < todas as suas precipitações e de todos os seus deslizes — cuja gravidade me per-

miti acentuar — não podemos deixar de reconhecer que o balanço desta obra é positivo. Realmente, o P.^o Luiz Gonzaga de Azevedo teve o mérito de chamar a atenção para aspectos obscuros deste período sobre os quais lançou, por vezes, rajadas de luz. Por isso, a sua memória será sempre evocada com gratidão por todos os estudiosos da nossa história.

TORQUATO DE SOUSA SO\RI:S

MARCELLO CAETANO: *A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa* (Separata da introdução à colectânea de documentos sobre *As corporações dos ofícios mecânicos* de Franz-Paul Langhans). Lisboa, 1942.

O Prof. MARCELO CAETANO estuda neste trabalho as origens da organização dos mesteres e a sua intervenção na vida municipal de Lisboa com uma lucidez e um espírito crítico que lhe dão foros de verdadeiro historiador. A sua sólida formação jurídica permite-lhe mesmo ver aquilo que, sem ela, poderia ficar menos claro: a estrutura orgânica do instituto através da sua evolução. E, por outro lado, a sua capacidade de síntese, permitindo uma clara visão do quadro histórico em que a instituição se apresenta, empresta à sua reconstituição uma solidez impressionante. São cerca de 70 páginas do melhor quilate.

M. C. chama a atenção para o facto de só no final do século xv começarem a aparecer documentos escritos da vida corporativa, quando em toda a Europa as corporações desempenhavam já, desde o século xm, «papel de relevo na vida económica e social dos núcleos urbanos».

O facto merece ser, realmente, acentuado. Mas o Prof. MARCELO CAETANO não se limita a isso: procura dar-nos uma explicação. Para ele, este atraso da nossa organização corporativa resulta de que, «até ao final do século xv, a economia urbana teria em Portugal, e mesmo na capital do Reino, pouca complexidade. Cada profissão —continua—contava pequeno número de praticantes, formados na rotina do aprendizado de entre os filhotes da cidade».